

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH
CÂMARA TÉCNICA DO PLANO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CTPNRH

GRUPO DE TRABALHO “RESOLUÇÃO CTCOST”

Relatório de Atividades

1. Introdução

O Grupo de Trabalho “*Resolução CTCOST*” foi criado no âmbito da Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH, com vistas a empreender a análise da proposta de Resolução que “*Estabelece diretrizes adicionais que devem ser incluídas nos planos de recursos hídricos de regiões que contenham trechos da zona costeira*”. Tal proposta foi encaminhada ao CNRH pela CT de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST. O CNRH, em sua XIX Reunião Ordinária, realizada em 27 de março de 2008, deliberou pelo envio da referida proposta à CTPNRH, para que esta se manifestasse a respeito, através do Ofício nº 014/2008/CNRH/MMA.

Assim, a CTPNRH em sua 49ª reunião, ocorrida em 07 e 08 de abril de 2008, deliberou pela criação do Grupo de Trabalho, com a participação da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Agência Nacional de Águas, Ministério das Minas e Energia, Concessionárias e Autorizadas de Energia Elétrica, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Conselho Estadual de Recursos Hídricos - SP/RJ e Organizações Não Governamentais para, sob coordenação do Sr. João Lotufo (ANA), analisar a proposta de resolução da CTCOST.

2. Atividades desenvolvidas

2.1. Subsídios SPR/ANA

Como subsídio aos trabalhos do GT, foi empreendida uma abordagem prévia, no âmbito da Superintendência de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas, que incluiu a coleta de dados, informações e um breve estudo dos principais temas contidos na Proposta de Resolução originalmente apresentada pela CTCOST, suas implicações e consequências para a gestão de recursos hídricos. Esta abordagem preliminar, desenvolvida entre 15 de abril e 15 de maio de 2008, teve como ênfases principais os temas a seguir descritos.

A) Reflexão sobre os pressupostos e requisitos da integração / articulação desejadas:

Foi desenvolvida uma abordagem conceitual, elencando os principais pressupostos da integração de ações ou instrumentos afetos a dois sistemas autônomos, institucionalmente estruturados e politicamente articulados, cujas competências são complementares. Neste sentido, foram destacados os conceitos de sinergia, cooperação, reciprocidade, redução de barreiras, estímulo à troca de informações,

assimilação mútua de influências, harmonia na aplicação de leis, regulamentos ou padrões, e as possibilidades de implementação de iniciativas comuns ou complementares.

Adicionalmente, foram apontados alguns requisitos essenciais para que a articulação ocorra em bases sustentáveis, sem transferências de ônus ou mediante a apropriação indevida das competências de um Sistema pelo outro.

B) Exame de aspectos legais e institucionais dos sistemas afetados pela proposta (SINGREH e GERCO):

Este tema contemplou a revisão dos principais diplomas legais relacionados aos dois sistemas objeto da articulação, bem como a identificação dos paralelismos existentes, tanto em termos institucionais quando entre os diversos instrumentos de gestão previstos, com vistas a propor mais adiante as alternativas de articulação.

C) Exame de aspectos técnicos e operacionais, relacionados com temas relevantes, escalas de trabalho e tipologia de bacias, no tocante à abrangência territorial e à dominialidade dos cursos d'água:

Foram elencados resumidamente os temas de maior relevo, quando se trata da articulação da gestão. Destacaram-se aspectos como uso do solo nas bacias, regime de vazões em quantidade e qualidade, carga de sedimentos, poluição, hidrodinâmica dos estuários, regime de intrusão marinha, salinidade e dinâmica dos ecossistemas estuarinos.

No que concerne às diferentes tipologias, as bacias com inserção na zona costeira, ao longo de toda a costa brasileira, foram examinadas e categorizadas, em função da área de abrangência, percentual de inserção na zona costeira e dominialidade dos cursos d'água. Da análise ficou evidente o amplo predomínio de pequenas bacias de rios de domínio estadual (89% da área total da zona costeira) e a conseqüente necessidade de perseguir os pressupostos da articulação no âmbito dos estados e municípios envolvidos.

D) Os espaços institucionais de articulação:

Foram indicados os principais espaços institucionais onde a articulação da gestão pode ser promovida. Destacam-se, o CNRH e o CONAMA e suas respectivas Câmaras Técnicas; os comitês de bacia e os colegiados estaduais e municipais previstos no GERCO; ANA, SRHU e SECIRM em articulação com os órgãos gestores estaduais.

E) O espaço geográfico preferencial da articulação entre o SINGREH e o GERCO:

Dos estudos empreendidos restou a convicção de que o espaço geográfico preferencial de articulação das ações de gestão dos dois sistemas é a área de efetiva interseção entre a bacia hidrográfica e a zona costeira, sem prejuízo de ampliação destes limites quando ações de interesse comum assim o justificarem, desde que asseguradas a harmonização das competências mútuas.

F) A identificação de diretrizes e fundamentos para a eventual elaboração de uma proposta de substitutivo:

Por fim, foi proposta a elaboração de um substitutivo preconizando a efetiva integração/articulação e sendo fundamentado:

- na implementação dos instrumentos da PNRH, considerando a necessidade de articulação com o GERCO;

- no respeito às competências institucionais de ambos os sistemas;
- na articulação entre:
 - políticas, diretrizes e base legal de ambos os sistemas;
 - colegiados de ambos os sistemas; e
 - órgãos gestores de ambos os sistemas

No tocante aos Planos de Recursos Hídricos de bacias hidrográficas, o substitutivo deverá prever:

- o reconhecimento e a incorporação, quando disponíveis, das informações contidas em planos do GERCO;
- a consideração da possibilidade de articulação com os planos do GERCO, com vistas a formulação e implementação de programas, projetos e ações conjuntas;
- a interação, ao longo do processo de elaboração, com as representações do GERCO; e
- a promoção no âmbito dos Planos, quando cabível, da articulação dos demais instrumentos de gestão de recursos hídricos, com os seus correlatos na gestão costeira.

Este trabalho culminou com a elaboração de uma apresentação (Anexo I) contendo o exame de elementos norteadores da articulação preconizada, com vistas a subsidiar os trabalhos da 1ª reunião do GT, em 11 de junho de 2008. Posteriormente, como desdobramento da primeira reunião, foi elaborada uma proposta de substitutivo que subsidiou os trabalhos da 2ª reunião do GT, em 24 de junho de 2008.

2.2. Reunião com representantes do GERCO

Como complemento à busca de subsídios orientadores das atividades do GT, o coordenador convidou os representantes do GERCO para uma reunião, realizada em 02 de junho, na ANA, onde participaram Ademilson Zamboni, João Nicolodi e Claudia Magalhães, pelo GERCO, além de Ney Maranhão e Nelson de Freitas, pela ANA. Os temas estudados pela SPR/ANA foram apresentados e discutidos, buscando-se aprofundar o entendimento do tema e complementar a apresentação que seria feita ao GT, na semana seguinte.

2.3. Outros Subsídios aos trabalhos do GT

Em 04 de junho de 2008, durante a XXII Reunião Extraordinária do CNRH, foi entregue a Secretaria Executiva do CNRH um relatório contendo análise da proposta de resolução encaminhada pela CTCOST. Tal documento, elaborado por um grupo de conselheiros (representantes da Federação da Indústria do Estado de Minas Gerais – FIEMG, Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, Instituto Brasileiro de Siderurgia – IBS, Confederação Nacional da Indústria – CNI, Ministério da Justiça, Ministério de Minas e Energia, Concessionárias e Autorizadas de Geração), também subsidiou os trabalhos desenvolvidos pelo GT.

2.4. Primeira Reunião do GT

A primeira reunião do GT ocorreu no dia 11 de junho de 2008, na SRHU/MMA, com a participação de representantes da SRHU, ANA, SEAP e ABRAGE. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação dos estudos elaborados pela ANA, passando-se depois ao amplo debate entre os presentes, sendo as discussões especialmente fundamentadas pelas questões relacionadas com as diferentes tipologias de bacias (escalas, abrangência, percentuais de inserção na zona costeira e dominialidade) e pelo reconhecimento do predomínio das pequenas bacias, geridas via de regra no âmbito dos estados. Os trabalhos foram encerrados com a definição da estratégia de trabalho que seria adotada doravante pelo GT, quando decidiu-se pela elaboração de uma minuta de substitutivo para discussão na reunião seguinte. A tarefa de elaboração da referida minuta, tendo como base os elementos até então reunidos e os frutos da discussão ali empreendida, ficou a cargo da SPR/ANA.

2.5. Segunda Reunião do GT

A segunda reunião do GT ocorreu no dia 24 de junho de 2008, nas dependências da ANA, com a participação de representantes da ANA, SRHU e MME. Os trabalhos foram iniciados com a apresentação da minuta de substitutivo que foi amplamente debatida pelos presentes. Foram propostas adequações e ajustes no texto e os trabalhos culminaram com a consolidação, ainda em caráter de minuta, de uma proposta de substitutivo que seria encaminhada para apreciação da CT-PNRH em sua 50ª Reunião.

2.6. Apresentação dos resultados dos trabalhos na 50ª Reunião da CTPNRH

A 50ª Reunião da CT-PNRH ocorreu nas dependências da SRHU/MMA, em 30 de junho e 1º de julho de 2008, tendo como um dos pontos de pauta a apresentação dos resultados dos trabalhos empreendidos pelo GT e a posterior discussão do tema.

A CTPNRH deliberou pela apreciação da minuta de substitutivo apresentada pelo GT que, subsidiada por longo e amplo debate, recebeu alguns ajustes em sua redação e foi aprovada para envio à Secretaria Executiva do CNRH, como *Proposta de Substitutivo* à proposta de Resolução anteriormente apresentada pela CTCOST ao CNRH. A versão final, emanada dos trabalhos da 50ª reunião da CTPNRH, é apresentada no Anexo II.

Brasília, 28 de julho de 2008.

JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO
Coordenador do GT